

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.486	5.760
Equivalente de caixa - restrito	6	53.583	8.213
Contas a receber	7	6.416	7.447
Estoques	8	5.709	3.215
Despesas antecipadas a apropriar		34	29
Outros ativos		180	179
		73.408	24.843
NAO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	697	712
Investimentos temporários		41	41
		738	753
Imobilizado	9	50.109	43.982
Intangível		169	231
		51.016	44.966
TOTAL DO ATIVO		124.424	69.809
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.430	3.125
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	4.203	4.270
Obrigações tributárias		477	448
Adiantamentos para doações e subvenções	12	55.870	8.465
Outras passivos			1
		62.980	16.309
NAO CIRCULANTE			
Subvenções governamentais a apropriar	13	14.450	9.546
TOTAL DO PASSIVO		77.430	25.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		8.012	8.025
Reserva de doações e subvenções		19.390	19.390
Ajuste de avaliação patrimonial		16.257	16.552
Superávit (déficit) acumulado		3.335	(13)
		46.994	43.954
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.424	69.809

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços	16	40.128	40.826
Receita com doações e subvenções	16	44.373	26.129
Receitas com trabalhos voluntários	21	423	401
Total da receita líquida		84.924	67.356
Receitas (despesas) operacionais			
Medicamentos e materiais médicos	17	(39.695)	(31.518)
Desp. com Pessoal-salários, encargos e benefícios	18	(28.412)	(28.806)
Gastos com ocupação	19	(4.597)	(3.929)
Depreciação e amortização	9	(2.884)	(2.971)
Gastos com utilidades e serviços	20	(2.488)	(2.166)
Materiais de uso e consumo	20	(1.501)	(1.267)
Serviços prestados por terceiros	20	(1.373)	(1.884)
Generais	20	(1.357)	(834)
Despesas com trabalhos voluntários	21	(423)	(401)
Reversão, liquida de provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	7	146	642
Outras receitas, liquidações	20	519	659
		(82.065)	(67.475)
Superávit (déficit) operacional		2.859	(119)
Resultados financeiros			
Receitas financeiras	22	254	24
Despesas financeiras	22	(73)	(228)
Resultado financeiro		181	(204)
Superávit (déficit) do exercício		3.040	(323)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	2021	2020	
Superávit (déficit) do exercício	3.040	(323)	
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	3.040	(323)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

1 Contexto operacional
(a) Informações gerais
 A Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FUNDHERP, entidade de apoio às atividades do Centro Regional de Hematologia - Centro de Hematologia de Ribeirão Preto, reveste-se da forma jurídica de entidade fundacional sem fins lucrativos, dotada de autonomia financeira e administrativa, sem fins lucrativos, sendo regida pelas disposições estatutárias aprovadas pelo Instituto, pelas normas estabelecidas em Regimento Interno e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, cabendo ao Ministério Público aprovar seu Estatuto Social e fiscalizar seus atos, velando para que não se desvirtue sua finalidade específica.

(b) Direito, a Fundação atua em harmonia com o Plano Nacional de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e com o Plano Diretor para o Sangue e Hemoderivados do Estado de São Paulo, possui sede em Ribeirão Preto e tem como área de abrangência a região de saúde do Município de Ribeirão Preto, definida pela Secretaria de Estado da Saúde e atendendo as demais regiões do Estado ou do País, por meio de convênios ou contratos firmados com entidades públicas e particulares.

Atualmente, seus núcleos e unidades estão em Ribeirão Preto, Franca, Araçatuba, Presidente Prudente, Fernandópolis, Taubaté, Batatais, Olímpia e Bebedouro. Além disso, atende cerca de 130 serviços de saúde e possui quatro agências transfusionais (três em Ribeirão Preto e uma em Jales).

Importante ressaltar que, para seu funcionamento, o qual compreende basicamente a coleta, análise e reaproveitamento de sangue, a Fundação conta com a estrutura física do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCRP).

De acordo com o estatuto social, na eventual extinção ou dissolução da FUNDHERP, conforme previsto do Código Civil, os seus bens e direitos integrarão o patrimônio do HCRP.

(b) Administração da Fundação
 A Fundação possui os seguintes órgãos de administração:
 (b.1) Conselho de Curadores (também denominado de Conselho de Administração)
 Constituído-se em órgão colegiado de deliberação superior sendo composto por membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, sendo composto por oito (8) membros, cujos mandatos poderão sofrer reconduções, sendo:
 - Um (1) Presidente, que será o superintendente do HCRP ou seu indicado, sendo que na eventualidade do Superintendente declinar ao cargo, será convidado o membro titular do Conselho Deliberativo do HCRP obedecendo ao critério de antiguidade da carreira docente da USP, cujo mandato se prolongará enquanto durar seu mandato no HCRP;
 - Três (3) conselheiros representantes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, cujo mandato será de 4 (quatro) anos;
 - Dois (2) representantes indicados pela Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, cujo mandato será de 4 (quatro) anos;

- Um (1) representante dos Diretores dos Núcleos de Hemoterapia e Hematologia da região de abrangência do Hemocentro de Ribeirão Preto, indicado pela Coordenação da Hemorrede Estadual, cujo mandato será de 4 (quatro) anos; e
 - Um (1) representante dos empregados que atue na FUNDHERP, cujo primeiro mandato será de 2 (dois) anos.

O Conselho de Curadores, compete: deliberar sobre qualquer matéria de interesse da Fundação, que lhe seja submetida pelo Diretor Presidente Executivo da Fundação (I); decidir sobre a alienação de qualquer imóvel, móvel ou semovente (II); aprovar a construção de novas obras (III); aprovar a aceitação de legados ou de doações com ou sem encargos (IV); autorizar a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, contratos, pesquisas ou cursos (v); aprovar as alterações do Regimento Interno (vi); aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis, as contas anuais da Fundação, dentre outras atribuições.

(c) Aspectos tributários e previdenciários
 A Fundação é uma entidade de caráter filantrópico e, portanto, caracterizando-se como pessoa jurídica sem fins lucrativos. Dessa forma, possui imunidade e isenção em relação ao recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Quota Patronal de Contribuição Previdenciária, Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas vinculadas às suas atividades e sobre sua folha de pagamentos de pessoal, além da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A manutenção da sua isenção fiscal está sujeita ao não desvirtuamento de seus objetivos e finalidades estatutárias, ou ao não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação tributária da qual goza a Fundação.

Apenas para fins de informação, caso estivesse sujeita ao pagamento de contribuição sobre suas receitas, caso adotado o regime cumulativo, teria apurado COFINS no montante de R\$ 2.535 (2020 - R\$ 2.009), e contribuições sobre a folha de pagamento, sendo Quota Patronal da Contribuição Previdenciária e PIS nos montantes de R\$ 5.766 e R\$ 225, respectivamente (2020 - R\$ 5.895 e R\$ 230, respectivamente).

(d) Certificado de filantropia
 No âmbito de suas atividades e gozo dos referidos benefícios fiscais e previdenciários, a Fundação possui a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde - CEBAS SAUDE, válida até 11 de maio de 2021. De acordo com artigo 8º do Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta as Leis nº 12.011/2009 e nº 12.868/2013, que trata da regulamentação da concessão de benefício de filantropia, o protocolo de requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério da Saúde.

A Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, estabelece o limite mínimo de 60% de oferta da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde ("SUS"), o qual vem sendo cumprido e comprovado regularmente junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

(e) Aprovação da prestação de contas
 A prestação de contas da Fundação, que inclui suas demonstrações financeiras, deve anualmente ser aprovada pelo seu Conselho Curador, pelo Ministério Público por meio da Promotoria de Justiça de Fundações, também conhecida por Curadoria de Fundações e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A aprovação das contas por parte de seu Conselho de Curadores e Ministério Público vem ocorrendo de forma regular; enquanto, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativas aos exercícios de 2017 e 2019, encontra-se em trâmite pelo referido órgão. A administração entende que as demonstrações financeiras deverão ser aprovadas sem restrições pelo referido Tribunal.

(f) COVID-19
 Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS") relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19"), que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Fundação informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Neste sentido, a Fundação implementou as seguintes medidas:
 - Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
 - Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco;
 - Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas;

- Realização das reuniões por videoconferência, utilizando as ferramentas disponíveis;
 - Suspensão, temporariamente, a realização e/ou agendamento de visitas técnicas e estágios;
 - Agendamento de maneira escalonada dos doadores para atendimento físico de forma espaçada entre eles (finalidade para coleta interna e externa);

Estimulo ao agendamento de doação de sangue por meio do sistema Lívica.Bot. em seu website. A Fundação também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento de contas a receber e diminuição dos prazos de pagamentos, entretanto está tomando medidas que visam a preservação e otimização do uso de seus recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, a Fundação concluiu que não há efeitos líquidos materiais em suas demonstrações financeiras, uma vez que, apesar de ter ocorrido expressivo incremento de suas receitas, também houve aumento das despesas numa mesma proporção. O efeito financeiro e econômico para a Fundação ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, ocasionados pelo isolamento social. A Fundação continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(g) Aprovação das demonstrações financeiras
 A emissão das demonstrações financeiras da Fundação foi autorizada pela Administração em 4 de fevereiro de 2022.

2 Resumo das principais políticas contábeis
 As principais políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil para Pequenas e Médias Empresas - CPC para PME's (R1)E considerando, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sem finalidade para coleta interna e externa).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em milhares de reais						
	Nota	Patrimônio social	Reserva de doações e subvenções	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019		11.566	19.390	16.862	(3.541)	44.277
Apropriação do déficit do exercício anterior		(3.541)	-	-	3.541	-
Realização de mais-valia do custo atribuído	15(c)	-	-	(310)	310	-
Déficit do exercício		-	-	-	(323)	(323)
Em 31 de dezembro de 2020		8.025	19.390	16.552	(13)	43.954
Apropriação do déficit do exercício anterior		(13)	-	-	13	-
Realização de mais-valia do custo atribuído	15(c)	-	-	(295)	295	-
Superávit do exercício		-	-	-	3.040	3.040
Em 31 de dezembro de 2021		8.012	19.390	16.257	3.335	46.994

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de reais			
	2021	2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício	3.040	(323)	
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa			
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(146)	(642)	
Depreciação do imobilizado (Nota 9)	2.821	2.908	
Amortização do intangível	62	63	
Valor residual de baixa do imobilizado (Nota 9)	484	1	
Apropriação de receitas de doações e subvenções governamentais (Notas 12 e 13) (2.765)	(2.765)	(1.905)	
Reversão para contingências (Nota 14)	(232)	(130)	
	3.496	(130)	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	1.192	639	
Estoques	(2.494)	1.592	
Tributos a recuperar	(5)	112	
Despesas antecipadas a apropriar e Outros ativos	(5)	(1)	
Outros ativos	(1)	(92)	
Depósitos judiciais	(695)	(1.043)	
Fornecedores	(67)	(247)	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	29	67	
Adiantamentos para doações e subvenções	55.074	2.858	
Outros passivos	(1)	(4)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.528	3.765	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adquisições de bens do ativo imobilizado	(9.432)	(1.795)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.432)	(1.795)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de equivalentes de caixa - restrito	(45.370)	(1.615)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(45.370)	(1.615)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.726	355	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.760	5.405	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.486	5.760	

Elisete Luzia Gaspar de Carvalho
 Contadora
 CRC ISP199732/O-2

Prof. Dr. Dimas Tadeu Covas
 Diretor Presidente Executivo

Prof. Rodrigo T. Calado S. Rodrigues
 Diretor Técnico Científico

Aprovado 151ª Sessão Ordinária do Conselho de Curadores em 18/03/2022

2.2 Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa - restrito
 Incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez relacionados aos projetos administrados pela Fundação, cuja utilização está restrita a desembolsos dos referidos projetos.

2.4 Ativos financeiros
2.4.1 Classificação
 A Fundação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:
 - Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
 - Mensurados ao custo amortizado.
 A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
 Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. São reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem.

(b) Custo amortizado
 Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração
 Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, mensuração mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros
 Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment
 Os demais ativos são representados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização.

2.4.5 Instrumentos financeiros derivativos
 A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Contas a receber
 As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.7 Estoques
 São demonstrados ao custo médio de aquisição, pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado móvel". Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Os estoques de medicamentos para tratamento de doentes portadores de coagulopatias hereditárias (Hemofilia A), que são recebidos pela Fundação e distribuídos aos pacientes cadastrados com essa enfermidade, são contabilizados no sistema de contas de compensação, não transitando em contas de resultado.

2.8 Outros ativos circulantes e não circulantes
 São demonstrados pelo custo menos a provisão para o reconhecimento de impairment, quando o valor contábil e o custo diferem. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Depósitos judiciais
 Existem situações em que a Fundação questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por tanto, a Fundação revisa para a verificação de impairment sempre que houver alteração dos valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

2.10 Imobilizado
 Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Quando ocorre a aquisição de recursos para aquisição de equipamentos, sempre que houver alteração nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Ativos intangíveis
 As licenças de softwares adquiridas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada de cinco anos.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment
 Quando ocorre a aquisição de recursos para aquisição de equipamentos, sempre que houver alteração nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores
 As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.14 Adiantamentos para doações e subvenções governamentais
 Os recursos financeiros recebidos de entidades governamentais para utilização em projetos desenvolvidos pela Fundação, bem como os rendimentos auferidos em decorrência da aplicação desses recursos no mercado financeiro, são demonstrados pelo custo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa de uso restrito.

Quando os recursos são utilizados para compra de bens vinculados aos projetos, referidos bens são registrados no ativo imobilizado da Fundação e, automaticamente, ocorre a transferência dos valores para a rubrica Subvenções Governamentais a apropriar, no passivo não circulante, que serão apropriados para receita de acordo com o registro da depreciação dos referidos bens.

Quando ocorre a aquisição de recursos para aquisição de materiais e serviços relacionados aos projetos, referidos valores são contabilizados em despesas e, simultaneamente, há o reconhecimento da receita correspondente aos mesmos valores desembolsados.

2.15 Subvenções governamentais a apropriar
 A Fundação contabiliza os bens tangíveis recebidos por doações e subvenções de acordo com o CPC 07 (R1), que trata do registro da Subvenção e Assistência Governamentais. Referidos bens são contabilizados pelo valor justo

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO

continuação

Em 19 de março de 2021, o Conselho Curadores aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, conseqüentemente, foi realizada a transferência do saldo da rubrica "Superávit (déficit) acumulado" para a conta Patrimônio social.

(b) **Reserva de doações e subvenções**
Constituída por doações e subvenções, em atendimento aos projetos.

(c) **Ajuste de avaliação patrimonial**
Corresponde a mais-valia de custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores são realizados com base na depreciação, baixas e alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Superávit (déficit) acumulado".

16 Receita líquida	2021	2020
Receita bruta		
Receita de prestação de serviços		
Sistema Único de Saúde - SUS	32.480	33.244
Convênios e hospitais	7.883	7.782
Total das receitas de prestação de serviços	40.363	41.026
Deduções da receita operacional bruta	(2.255)	(2.000)
Gílosas e cancelamentos de faturamentos	40.128	40.826
Receita líquida de prestação de serviços	(2.255)	(2.000)
Doações e subvenções		
De recursos estaduais (1)	42.240	24.121
De recursos federais	1.603	1.012
Outras doações	630	998
Total das doações e subvenções recebidas	44.373	26.129
Receitas com trabalhos voluntários	423	401
Receita líquida	84.924	67.356

(1) O aumento nessa receita em relação ao ano de 2020, decorre, substancialmente, de materiais recebidos do Instituto Butantan para utilização nos laboratórios adaptados para atendimentos aos novos protocolos de segurança em função do COVID-19. Essa mesma variação está refletida nos gastos com materiais de laboratórios, classificados em Despesas com medicamentos e materiais médicos (Nota 17).

17 Despesas com medicamentos e materiais médicos	2021	2020
Reagentes e produtos químicos (1)	(16.332)	(16.894)
Materiais de laboratórios (1)	(15.941)	(8.490)
Materiais de enfermagem e odontologia	(7.422)	(6.134)
	(39.695)	(31.518)

(1) Vide explicação das variações nas Notas 16 (c), (f) e (g).

18 Despesas com pessoal - salários, encargos e benefícios	2021	2020
Salários, ordenados, férias e 13º salário	(22.541)	(23.045)
Vale refeição e alimentação	(2.426)	(2.387)
FGTS	(1.992)	(2.002)
Convênio médico	(482)	(899)
Demais benefícios	(492)	(813)
	(28.412)	(28.806)

19 Gastos com ocupação	2021	2020
Manutenção de softwares	(1.343)	(1.280)
Aluguéis com equipamentos (1)	(1.263)	(767)
Aluguéis de imóveis	(269)	(252)
Manutenção de bens móveis	(765)	(805)
Manutenção e conservação de instalações	(953)	(800)
Outros gastos e despesas	(4)	(25)
	(4.597)	(3.929)

20 Outras despesas	2021	2020
Energia elétrica, água e telefonia	(1.127)	(1.042)
Serviços de terceiros - pessoas jurídicas	(961)	(1.452)
Alimentação para doadores	(791)	(708)
Materiais de uso e consumo	(554)	(471)
Resultado com baixa de bens do imobilizado (Nota 9(b)(iv))	(484)	(445)
Correios e transportes	(473)	(440)
Serviços de terceiros - pessoas físicas	(412)	(432)
Materiais de copa e cozinha	(386)	(303)
Materiais de informática	(323)	(279)
Despesas com viagens e ajuda de custos	(219)	(224)
Variação de provisionamento (Nota 14)	(10)	232
Recuperação de tributos e encargos sociais (1)	(4)	4.141
Outros receitas (despesas)	(470)	487
	(6.200)	(492)

(1) Em 2020, corresponde, ao montante relativo à restituição das contribuições previdenciárias patronais recolhidas no período de 21 de julho de 2000 a 8 de maio de 2001, que foram recebidos em 27 de julho de 2020, por meio de precatório.

21 Trabalho voluntário
O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pela Fundação de acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. A fundação mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

(a) Mensuração das horas alocadas em atividades			
Classificadas como:	2021	2020	
Gastos com utilidades e serviços	(2.488)	(2.166)	
Materiais de uso e consumo	(1.501)	(1.267)	
Serviços prestados por terceiros	(1.373)	(1.884)	
Despesas gerais	(1.327)	(934)	
Outras receitas, líquidas	219	10	
	(6.200)	(492)	

(b) Mensuração dos honorários				
Cargos	Mensuração das horas trabalhos voluntários em 2021		Horas em atividades em 2020	
	Reuniões no ano	Número de participantes	Horas em reuniões por evento ou mês	Horas em atividades no ano
Conselheiros do Conselho de Curadores	3	12	24	72
Diretoria		2	220	2.640

Mensuração das horas trabalhos voluntários em 2020				
Cargos	Mensuração das horas trabalhos voluntários em 2020		Horas em atividades em 2020	
	Reuniões no ano	Número de participantes	Horas em reuniões por evento ou mês	Horas em atividades no ano
Conselheiros do Conselho de Curadores	2	12	220	48
Diretoria		2	220	2.640

Mensuração das remunerações pelos trabalhos voluntários -R\$			
	2021	2020	
Conselheiros do Conselho de Curadores	47	31	
Diretoria	423	401	
	470	432	

22 Resultado financeiro líquido			
	2021	2020	
Receitas financeiras decorrentes de:			
Juros ativos	226	24	
Variação cambial ativa	11		
Variação monetária ativa	3		
Descontos obtidos	1		
	254	24	

Despesas financeiras decorrentes de:			
	2021	2020	
Descontos concedidos	(64)	(216)	
Tarifas bancárias	(9)	(12)	
	(73)	(228)	
	181	(204)	

23 Partes relacionadas
A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Conforme descrito na Nota 1(b), a administração da Fundação está a cargo de um Conselho Curadores de uma diretoria.

Os membros dos órgãos acima referidos não recebem direita ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos honorários prestados. Entretanto, no quadro de conselheiros há dois que são eleitos para representarem os funcionários da Fundação, cuja remuneração dos mesmos fica restrita aos trabalhos realizados e pagos diretamente em folha de pagamento.

Remuneração do pessoal-chave da administração
A chave de distribuição íntima os membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral. Devido à previsão estatutária e a natureza jurídica da Fundação, estes não recebem qualquer remuneração pelos serviços prestados nas mencionadas funções; entretanto, atendendo as práticas contábeis vigentes, uma estimativa de valor aplicável é demonstrada na Nota 21.

24 Cobertura de seguros
A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Diretores e Conselheiros
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FUNDHERP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FUNDHERP (a "Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FUNDHERP em 31 de dezembro de 2021 e em todo o período compreendido pelas demonstrações financeiras.

FUNDHERP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", combinadas com as práticas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com todas as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nas elaborações das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda a liquidação da Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, seja por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o de distorção relevante resultante de erro, já que a fraude pode envolver o colar de controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se aplicável, da base contábil de liquidação, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 4 de fevereiro de 2022.

ValorUP Auditores Independentes
CNPJ 292028585/0-0

Paulo Cesar Lima
Contador CRC 15P166516/O-3

CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA., CNPJ (MF) nº 55.973.762/0001-66. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS.

Os sócios administradores da Construtora Industrial e Comercial Said Ltda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 25/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 11:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 12:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco B1 (Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara), Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto, SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

CONSTRUTORA SAID LTDA., CNPJ (MF) nº 01.635.971/0001-70. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Construtora Said Ltda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 25/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 09:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 10:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco B1 (Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara), Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto, SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 11 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

LMC PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ (MF) nº 02.407.711/0001-00. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da LMC Participações Ltda., no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 25/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 14:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 15:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; e b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; e (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto/SP, 8 de março de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

NOVA LAGOINHA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ (MF) nº 31.394.446/0001-71. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Nova Lagoinha Empreendimentos Ltda., no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 25/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 16:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 17:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco A11, Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; e b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; e (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

RIBPAV ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO LTDA CNPJ (MF) nº 09.118.105/0001-14 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Ribpav Engenharia de Pavimentação Ltda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 26/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 08:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 09:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco B1 (Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara), Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto, SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

SAID EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ (MF) nº 50.410.109/0001-75 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Said Empreendimentos Ltda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 26/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 10:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 11:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco B1 (Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara), Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto, SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

SAID GAIVOTAS EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ (MF) nº 20.072.421/0001-35 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Construtora Said Ltda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 26/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 13:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 14:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco B1 (Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara), Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto, SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto, SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

SAID IPÊS EMPREENDIMENTOS SPE LTDA., CNPJ (MF) nº 17.086.902/0001-95 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Said Ipês Empreendimentos SPE Ltda., no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 26/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 15:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 16:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco A4, Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; e b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; e (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto/SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

SAID JEQUITIBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ (MF) nº 13.243.711/0001-39 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Said Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda., no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 26/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 17:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 18:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco A2, B, Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; e b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; e (4) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Em atendimento ao §1º do art. 1.078 do Código Civil, os sócios administradores informam que as demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta na sede da Sociedade desde a data de 25/03/2022. Ribeirão Preto/SP, 8 de abril de 2022. Tuffy Said Júnior - Diretor Presidente.

SAID JEQUITIBA ROSA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ (MF) nº 19.445.583/0001-92 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios administradores da Said Jequitiba Rosa Empreendimentos Ltda., no uso de suas atribuições e em conformidade ao art. 1.072 do Código Civil, convocam todos os sócios da Sociedade para reunião em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 27/04/2022, em 1ª (primeira) chamada as 08:00 horas com ¼ dos sócios, em 2ª (segunda) chamada as 09:00 horas com qualquer número de sócios na sede social da Sociedade na Rodovia SP 255, Km 4, Bloco A6, Zona Rural, CEP 14.001-970, Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA: (1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2021; a) Apresentação do Relatório da Administração; e b) Demonstrações Contábeis; (2) Deliberar sobre o destino do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio; (3) Fixar os honorários globais dos diretores; e (4) Outros assuntos de interesse